



Crônica da Cidade

MARIANA NIEDERAUER | mariananiederauer.df@dabr.com.br

Zuenir: mais que exemplo, lição

Já se passaram quase 20 anos desde que li pela primeira vez a obra-prima de Zuenir Ventura. Em 1968: *O ano que não terminou*, o jornalista e escritor traça uma linha do tempo precisa e analítica dos acontecimentos daquele ano que ecoaram por gerações. O livro foi escrito 20 anos depois daquele período de revoluções que escreveram a história mundial, ganhou uma reedição em 2008 pela Editora Planeta do Brasil e, em 2009, chegou às minhas mãos com a sua dupla, a

continuação 1968: *O que fizemos de nós*. Uma edição belíssima, em cinza-escuro e verde-limão, intercalando nas capas um grande Z e um V enorme, iniciais do nome que dispensa apresentações.

As obras me fascinaram pelo caráter visceral, como bem descreve Heloisa Buarque de Holanda na apresentação desta terceira edição. “A entrevista aqui não parece dirigida tão somente para o levantamento preciso de dados e fatos. Pelo menos, esse não é seu maior resultado. Zu ouve um pouco mais. Descobre, na inflexão inevitavelmente ficcionalizada da memória, nostalgias, ressentimentos, desejos, sonhos, frustrações. Essa é a verdadeira matéria-prima que estrutura o trabalho de reconstituição do ano histórico de 1968 feita por Zuenir, autor e personagem. Trabalho de mestre”, escreveu.

E isso, de fato, ele era. Mesmo sem a intenção. Ali aprendi muito sobre um tanto de coisas. Cidadania, política, vieses e jornalismo. O ano que não terminou deveria ser leitura obrigatória nas aulas de história das escolas brasileiras. Zuenir conecta as tentativas de enfrentamento à ditadura militar no Brasil com os movimentos revolucionários difundidos pela Europa. Logo na citação inicial, porém, avisa, ao lembrar a frase de Mário de Andrade: “Não devemos servir de exemplo a ninguém. Mas podemos servir de lição”. E se, parafraseando outro mestre polêmico, toda unanimidade é burra, nada mais óbvio do que entender cada linha da história — contada ou vivida — como uma chance para aprender com erros e acertos, sem dividir o mundo entre heróis e vilões.

É dessa humanidade que Zuenir se vestia ao escrever. “Era difícil ser indiferente naqueles tempos apaixonados. Também, havia muito o que discutir. Discutia-se nas universidades, nas assembleias, nas passeatas, nos bares, nas praias: a altura das saias, o caráter socialista da revolução brasileira, o tamanho dos cabelos, os efeitos da pílula anticoncepcional, as teorias inovadoras de Marcuse, as ideias de Lukács, o revisionismo de Althusser. Os temas eram infindáveis, tanto quanto a duração dos debates.”

Zuenir não devia estar muito orgulhoso da nossa capacidade de debater atualmente. Como ele já havia notado, as gerações que seguiram, e a própria de 1968, perderam-se diante da falta de bússola. “Em que medida a ‘geração do milênio’, aquela que nasceu próximo à virada dos

séculos, significa ruptura ou continuidade em relação à geração de 68? Ou nem uma coisa nem outra, mas um pouco de cada uma? De qualquer jeito, esses 40 anos estabeleceram notáveis diferenças entre os que sonhavam com a Era de Aquário e os que vivem hoje o pesadelo do aquecimento global. Aqueles que olhavam para o futuro procurando mudá-lo, enquanto esses preferem pensar no presente, no aqui e agora, até porque nada mais incerto hoje do que o porvir”, resumiu em seu 1968: *O que fizemos de nós*, publicado em 2008.

Faz tempo que debrucei sobre as duas obras, mas revisité-las sempre me traz uma dose de lucidez necessária à vida diária, e aumenta minha admiração pela obra do tão nobre colega de profissão. Espero ter aprendido as lições para seguir os passos do mestre.

TRANSPORTE / Depois do anúncio da paralisação, o GDF chamou o movimento de “político-eleitoreiro” e acionou o Tribunal Regional do Trabalho. No fim da noite, foi acordado um reajuste salarial de 8% e aumento de 10% no ticket e cesta

Greve de ônibus é suspensa após acordo

» DARCIANNE DIOGO
» MARIANA REGINATO
» LUIZ FELLIPE ALVES

A greve dos rodoviários do Distrito Federal, que estava prevista para iniciar hoje, foi suspensa no fim da noite de ontem, por volta das 23h. A informação foi confirmada ao Correio pela assessoria das concessionárias das empresas de ônibus e pelo Sindicato dos Rodoviários. Foi acordado um reajuste salarial de 8% e 10% para os benefícios alimentares (ticket e cesta). A paralisação havia sido aprovada em assembleia promovida no Conic, nesse domingo. Como justificativa, a categoria reivindicou o reajuste salarial e de outros benefícios.

“Em nome da diretoria, venho comunicar que, através de uma reunião realizada com a secretária da Semob (Sandra Maria Holanda França) e representantes, chegamos a um acordo de 8% de reajuste no salário, 10% no ticket e 10% na cesta. Deveremos comparecer na madrugada, retornando ao trabalho nos devidos horários”, afirmou João Dão, um dos diretores do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Terrestres do DF.

Mais cedo, as concessionárias do transporte público coletivo do DF chegaram a emitir uma nota em repúdio à paralisação. “Quem mais perde com a paralisação é a população. São milhares de trabalhadores, estudantes, pacientes e idosos que dependem do ônibus todos os dias para chegar ao emprego, à escola, ao hospital e aos serviços públicos. Transformar esses usuários em instrumento de pressão penaliza justamente quem não tem outra forma de se deslocar”, afirmou.

À tarde, o GDF já tinha classificado a greve como um movimento “político-eleitoreiro” e acionou o Tribunal Regional do Trabalho (TRT),

Ed Alves/ CB/D.A Press



A greve impactaria mais de 1,5 milhão de pessoas que dependem do transporte público para trabalhar, estudar e se locomover

que negou a suspensão solicitada pelo governo e havia estabelecido o limite de 80% no funcionamento das frotas. No comunicado, o governo reconheceu o direito dos trabalhadores de lutar por melhorias salariais e qualidade das condições de trabalho, entretanto, “não aceita que um sindicato filiado à CUT e com um presidente da entidade que apoia abertamente um adversário eleitoral tente manipular a categoria”.

Deslocamento

Para garantir o deslocamento dos passageiros em caso de greve, os esforços se estenderam à Companhia Metropolitana do DF (Metró), que colocaria mais trens nos horários de pico da manhã e da tarde, a depender da demanda. O órgão estava em tratativas com a Polícia Militar para reforço

na segurança nas principais estações, tendo em vista a possibilidade de um aumento no fluxo de passageiros.

Na manhã de ontem, no Conic, os rodoviários se reuniram para os últimos ajustes da paralisação, que havia sido previamente avisada em 20 de setembro. A rodada de negociações entre as empresas e o sindicato dos trabalhadores iniciou-se em 19 de julho, com as reivindicações enviadas às concessionárias e ao GDF. Foram mais de 10 tratativas entre as partes. De um lado, a entidade evitou, inicialmente, a apresentação de números concretos, sob o argumento de que seria necessário consultar a categoria, visitar as bases e compreender as expectativas dos trabalhadores. Do outro, as empresas solicitaram a apresentação de parâmetros objetivos que permitissem uma avaliação e o efetivo avanço das tratativas.

O Sindicato dos Rodoviários propôs reajuste salarial de 8%, 10% para os benefícios alimentares e 12% em relação ao plano de saúde. Em contraponto, as concessionárias sugeriram 4,11% para reajuste salarial com ganho real. Também foi proposto reajuste superior à inflação, além da criação de novo benefício no valor de R\$ 500 no mês de aniversário do empregado. Houve, ainda, proposta de duplicação do capital do seguro de vida, atualmente em aproximadamente R\$ 24 mil, para cerca de R\$ 48 mil.

Na sexta-feira, as empresas formalizaram, por escrito, a proposta final: reajuste salarial de 5,5%, de 6% sobre o valor vigente do ticket refeição-alimentação — o mesmo percentual abrangeeria a cesta básica, acrescida de cesta básica adicional no mês de aniversário do empregado. As

concessionárias sugeriram ainda a correção de 11,88% sobre os valores vigentes do auxílio saúde e do plano odontológico; aplicação de reajuste de 100% dos valores atualmente previstos para as coberturas do seguro de vida em grupo; garantia de manutenção dos postos de trabalho destinados à função de cobrador; e pagamento das diferenças salariais retroativas. O sindicato rejeitou.

Reação

O GDF havia classificado a greve como um movimento “político-eleitoreiro”. No comunicado, o governo reconheceu o direito dos trabalhadores de lutar por melhorias salariais e qualidade das condições de trabalho, entretanto, “não aceita que um sindicato filiado à CUT e com um presidente da entidade

que apoia abertamente um adversário eleitoral tente manipular a categoria”, sem fazer referência ao candidato em questão.

Ainda na nota, o governo afirmou que o sindicato dos rodoviários “assumiu uma injustificada intransigência diante da possibilidade dos trabalhadores terem efetivos ganhos reais”, o que, segundo o governo, revela a atitude político-partidária do sindicato.

Medidas legais junto ao TRT foram tomadas pelo GDF para “garantir a livre circulação das pessoas”, especialmente no domingo de eleições, em 4 de outubro.

O Tribunal solicitou à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade (Semob-DF) apoio para que a operação das linhas de ônibus, nas áreas urbanas e rurais do DF, fosse assegurada.

Entre as reivindicações ao Judiciário trabalhista, o GDF também pediu que fossem fixados limites mínimos de funcionamento de todo o sistema de transporte rodoviário do Distrito Federal, em 80% da frota em horários de baixo fluxo de passageiros, e de 100% da frota nos horários de alto fluxo de passageiros, durante o período que durasse o processo de negociação da data-base.

Em resposta, o TRT decidiu que, enquanto durasse a greve, 80% da operação normal tinha que ser obrigatória em horários de pico, das 5h30 às 9h e das 17h às 20h. Fora desse horário, a frota de ônibus deveria ser mantida em 50% das viagens programadas.

Também ficou estabelecido que, nos dois turnos da eleição, dias 4 e 25 de outubro, as empresas deveriam atuar com 100% do seu funcionamento, para que os cidadãos pudessem exercer o seu direito ao voto.

Em caso de descumprimento das frotas mínimas, multa inicial foi estipulada em R\$ 100 mil por hora, e o valor duplicaria caso a situação permanecesse. No fim da noite, porém, houve a confirmação da suspensão da greve.

Obituário

Sepultamentos realizados em 27 de setembro de 2026

» Campo da Esperança

Carmosina Batista de Albuquerque, 71 anos
Cemirda Costa Barros, 52 anos
Espedito Ferreira Lima, 88 anos
Francisco de Assis Menezes Rodrigues, 65 anos
Hélio Vieira de Melo, 53 anos
Maria das Dores Pereira Leite, 64 anos
Maria das Neves Monteiro da Silva, 73 anos
Maria de Fátima da Conceição, 58 anos
Maria Mazzarello Fonseca Boquadi, 70 anos
Maria Socorro Lopes Lustosa, 60 anos
Maura Vieira de Jesus Martins, 83 anos
Mozart Arruda Cavalcanti, 70 anos
Rita Judith Rodrigues de Almeida, 94 anos
Teruo Futino, 76 anos

Virgínia Antônia da Silva, 89 anos
Yusuf Hasan Ali Mustafa, 38 anos

» Taguatinga

Antônia Alves Rodrigues, 75 anos
Antônio dos Santos Cruz, 79 anos
Ayla Sophia Amaral da Silva, menos de 1 ano
Ercivan Cordeiro Barbosa, 62 anos
Francisco Elizeu de Oliveira, 60 anos
Francisco Nunes, 61 anos
Ilda Francisca de Oliveira, 86 anos
Maria Aparecida de Oliveira, 56 anos
Wagner Ferreira Carvalho, menos de 1 ano
Neusa Maria de Brito, 81 anos
Paulo Roberto, 72 anos

Pedro Soares Vieira, 74 anos
Rejane Bispo da Silva, 50 anos
Robson Silva Araújo, 41 anos
Romana Vieira de Andrade, 71 anos
Wagner Ferreira Giffoni, 85 anos

» Gama

José Barbosa de Miranda, 87 anos
José Eduardo Lustosa Mendes, 40 anos
Milton Marques de Sousa, 71 anos
Zezita Rodrigues Alves, 88 anos

» Planaltina

Adão Gomes Ferreira, 59 anos
Atiah Abdellatif Mahmud, 34 anos

Joselio Lopes da Silva, 73 anos

» Brazlândia

Dwight Eisenhower Chaves, 64 anos
Francisco Firmiano Sousa, 77 anos
Maria Aparecida Carvalho da Silva, 60 anos

» Sobradinho

Inez da Silva Glória, 95 anos

» Jardim Metropolitano

Marilva Olavo dos Santos, 63 anos
Antônia Silva Sampaio, 72 anos
Inez de Melo Santos, 58 anos
(cremação)



VOTE
ROBERTO FREIRE
DEPUTADO FEDERAL
23 23
AGORA PELO DISTRITO FEDERAL